

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: A GESTÃO MILITARISTA ADENTRANDO AS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

Joselita Romualdo da Silva (UFPR)
joselitapiraquara@yahoo.com.br

Introdução

Constitui como objetivo desse resumo ampliado problematizar a forma de dominação que fundamenta o modelo de gestão presente nas escolas cívico-militares. As escolas cívico-militares são instituições públicas de educação básica que tem como foco os princípios e cultura militar como a disciplina e o respeito às hierarquias. Nelas atuam policiais militares com respaldo legal para intervir em situações de indisciplina e atuar na área educacional, especialmente, no desenvolvimento da conduta, atitudes e valores dos estudantes.

As reflexões aqui desenvolvidas partem de uma análise qualitativa dos documentos: Manual e Regimento Escolar das escolas Cívico-militares e estão baseadas nos estudos de Gomes (2022) que recorre à teoria de Max Weber para desenvolver o conceito de gestão militarista.

A gestão militarista, fundamentada na teoria weberiana é a disposição inculcada, internalizada, interiorizada, ou ainda, uma obediência acrítica e sem resistência, (GOMES, 2022), é uma forma de dominação, pois pode ser compreendida como a probabilidade de encontrar obediência em uma determinada situação.

Contextualizando a gestão militarista nas escolas cívico-militares no estado do Paraná

Gomes (2022) desenvolveu o conceito de gestão militarista ao analisar a atuação dos militares nomeados pelo ex-presidente Bolsonaro para atuar em diversos órgãos públicos, como saúde, educação e outros e a partir dos seus estudos constatou que “uma gestão militarista está para um universo militar tal como o fenômeno da empresarização (RODRIGUES; DA SILVA 2019) está para a organização” (GOMES, 2022, p. 13), com isso afirma que enquanto nessa última há o convencimento para que as pessoas se tornem colaboradores produtivos em uma gestão militarista elas são transformadas em soldados obedientes.

A implementação das escolas cívico-militares no Paraná teve início no ano de 2019 por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim), sendo posteriormente intensificado pelo Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná (PCCM-PR)¹. O programa Estadual foi criado por meio da Lei Nº 20.338/2020, a qual possibilitou que o governo Ratinho Junior militarizasse ao mesmo tempo 194 escolas públicas estaduais, ou seja, aproximadamente, 10% da Rede Estadual de Ensino, as quais foram ampliadas em 2023 para aproximadamente 300 instituições.

Silva (2023) como conclusão de sua pesquisa de mestrado apontou que os Colégios Cívico-Militares do Paraná apresentam como projeto educativo a formação de corpos dóceis, por meio da padronização e massificação do pensamento e dos corpos, argumentando que essa política educativa é perigosa, uma vez que castra o pensamento e subjuga crianças, adolescentes e jovens contribuindo para que eles se tornem sujeitos passivos e submissos.

A pesquisa apontou também que a militarização escolar no Paraná se caracteriza como uma reação da ala política neoliberal e neoconservadora aos movimentos sociais, como por exemplo, movimento de greve e paralisação de professores e movimento de ocupação estudantil, ou seja, a política de militarização escolar se configura como uma forma de desarticular, reprimir e suprimir esses movimentos.

Recorrendo a teoria de Max Weber é possível compreender esse papel de dominação do Estado, tanto em relação a repressão dos movimentos sociais, quanto no processo formativo dos estudantes, pois segundo esse autor o Estado é a única entidade que possui o poder de utilizar a força para intervir na ação dos sujeitos sob o seu domínio.

Para que essa ação seja legítima as pessoas precisam se submeter a essa dominação, o que só é possível quando elas passam a agir dentro dos limites das leis estipuladas pelo Estado. Nessa perspectiva o Estado detém o monopólio da força e da violência para que os indivíduos não sejam violentos.

Para Weber a legitimidade do poder se fundamenta em três princípios: dominação tradicional, cuja autoridade provém do costume sagrado e pela disposição

¹Em julho de 2023 o Governo Federal por meio do Decreto nº 11.611 de 19 de julho de 2023 revogou o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, no entanto, isso não significou o fim da militarização de escolas públicas no Brasil, uma vez que imediatamente, após o anúncio do Governo Federal vários governadores, entre eles o Governador do Paraná, comunicaram que manteriam e até ampliariam as escolas cívico-militares.

habitual de respeitá-lo, tal como a exerciam o patriarca e o príncipe patrimonial de antigamente; a dominação carismática que consiste no dom de graça pessoal, ou seja, baseada na “veneração extraordinária da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (WEBER, 1921[1999], p. 141). e, a dominação em virtude de legalidade, “da crença na validade de *estatutos* legais e da ‘competência’ objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos” (WEBER, 2004. P. 526).

Gomes destaca que a gestão militarista é uma forma contemporânea de dominação burocrática, ou seja, um mecanismo ou meio que possibilita encontrar obediência em uma determinada situação. A autora esclarece também, que uma gestão militarista não pode ser confundida com uma Gestão Militar, pois, enquanto a primeira trata-se de ‘um’ modelo de gestão, a última é promulgada como sendo ‘o’ modelo de gestão. Com isso esclarece que essa forma de gestão entende que a lógica do quartel é melhor para qualquer esfera da vida organizacional.

Analisando o Manual e Referencial do Regimento Escolar das Escolas Cívico-Militares é possível identificar um projeto formativo para a juventude paranaense que busca internalizar nos estudantes uma obediência acrítica e sem resistência.

Nessa perspectiva a gestão militarista toma o quartel como modelo de gestão, o fazer militar é entendido como superior ao fazer civil e se, na dominação promovida pela empresarização o convencimento envolve colaborador e competidor, na dominação de cunho militarista, o convencimento é para tornar todos soldados, com isso, o outro passa a ser visto como inimigo.

A sociedade paranaense legitimou a atuação de militares no ambiente escolar, mesmo a legislação brasileira não contemplando um formato de educação cívico-militar, com isso na construção da política de militarização escolar é possível identificar fortemente a presença da dominação racional legal, ou dominação burocrática. Nesse tipo de dominação Weber argumenta que a burocracia é a forma mais pura da dominação racional, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade (WEBER.2004, 07), sendo este processo interessante para os gestores e políticos neoliberais e neoconservadores que direcionam a política de resultados educacionais.

Nas escolas cívico-militares professores, diretores, funcionários e militares são funcionários que atuam burocraticamente, são cumpridores dos seus deveres, executando exatamente o que lhes é solicitado, algo bastante parecido com a forma como Weber falou que o funcionalismo moderno se manifesta.

Considerações finais:

Esse resumo expandido buscou refletir sobre a forma de gestão presente nas escolas cívico-militares. Ressalta-se que não existe previsão legal para a implementação desse formato de ensino, sendo o mesmo construído a partir do processo de convencimento da sociedade, o qual ocorreu a partir dos princípios da moral neoconservadora e da ideologia militarista.

A partir das reflexões aqui desenvolvidas é possível identificar que a dominação racional legal ou dominação burocrática, conceitos criados por Weber direcionam o processo educativo nas escolas cívico-militares e que essas instituições de ensino têm um projeto educativo altamente ideológico, pois buscam internalizar nos estudantes uma obediência acrítica e sem resistência.

É um projeto educativo que interfere no que o estudante faz e no que ele é, a exemplo das práticas que ferem o direito a sua individualidade e sua subjetividade ao exigir um aluno padrão, a exemplo das práticas de corte de cabelo e de apresentação pessoal.

Referências Bibliográficas

GOMES, 2022. **Neoconservadorismo e gestão:** intersecções entre moral, militarismo e medo. XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD. 2022. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/faefec47428cf9a2f0875ba9c2042a81.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PARANÁ. **Manual dos Colégios Cívico-Militares**. 3. ed. Curitiba, 2023. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/colegio_civico_militar_manual_3edicao.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Referencial para elaboração do **Regimento Escolar da educação básica**. Curitiba, 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-

12/referencial_elaboracao_regimento_escolar_educacao_basica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Joselita Romualdo. **Pedagogia do Quartel:** formação de corpos dóceis nas escolas cívico-militares no Estado do Paraná. Curitiba: Ed. Appris, 2023.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. V.2. Tradução de: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Ed. UnB. São Paulo, 2004.

WEBER, Max (1921[1999]). **Economia e Sociedade.** Brasília: Editora da UNB. Capítulo III. “Os tipos de Dominação: 139-188